

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

**PARECER Nº 1550 /2022**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo nº - 1531/2022**

**Relator: Deputado** *LEO LAUREIRO*

Encontra-se nas Comissões para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 1016/2022, de iniciativa do Governo do Estado, encaminhada a esta Casa Legislativa através da mensagem nº 66/2022, que “DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS/FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A matéria foi encaminhada a 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação para ser analisada quanto aos aspectos definidos no artigo 125, inciso II, do Regimento Interno.

O projeto de lei em tela não encontra nenhum vício de iniciativa, visto que segue o que determina o artigo 86 da Constituição do Estado de Alagoas, senão vejamos:

Art. 86. A **iniciativa das leis** complementares e **ordinárias** cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao **Governador do Estado**, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2007.)

A proposição tem a finalidade de estruturar o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, no âmbito do Estado de Alagoas.



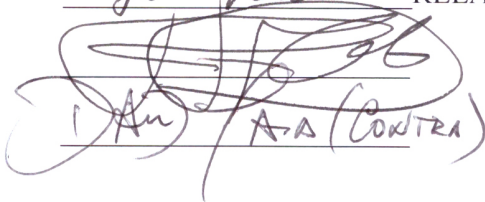
Para o Chefe do Poder Executivo a iniciativa tem por escopo adequar o Estado às disposições contidas da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a nova estrutura e composição do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. CACS/FUNDEB.

Nos termos do Regimento Interno, cumpre à Comissão de constituição, Justiça e Redação analisar a proposição quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa

Inexistindo óbices quanto ao aspecto que nos compete examinar, somos de parecer **pela aprovação do projeto de Lei nº 1016/2022.**

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS  
TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 13 de setembro de 2022.

 PRESIDENTE  
 RELATOR  
  
(An) / A-A (CONTRA)